FERNANDA SIROTSKY SCALETSCKY

O CONSENSUALISMO E A ARBITRAGEM COMERCIAL

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Dra. Maristela Basso

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2016

FERNANDA SIROTSKY SCALETSCKY

O CONSENSUALISMO E A ARBITRAGEM COMERCIAL

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na Área de concentração Direito Internacional e Comparado, sob a orientação da Profa. Dra. Maristela Basso.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S281c Scaletscky, Fernanda Sirotsky

O consensualismo e a arbitragem comercial. / Fernanda Sirotsky Scaletscky. – São Paulo, 2016.

168 f.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP).

Área de Concentração: Direito Internacional e Comparado.

Orientação: Profa. Dra. Maristela Basso.

1. Direito Internacional. 2. Arbitragem Comercial Internacional. 3. Convenção de Arbitragem. 4. Contratos Internacionais – Direito Comercial. I. Basso, Maristela.

II. Título.

CDU 341.63

347.918

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff - CRB 10/1437

FERNANDA SIROTSKY SCALETSCY

O CONSENSUALISMO E A ARBITRAGEM COMERCIAL

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na Área de concentração Direito Internacional e Comparado, sob a orientação da Profa. Dra. Maristela Basso.

Examinado em: ____ de _____ de 2016.

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Maristela Basso

USP

São Paulo

2016

Ao Felipe, com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Ao contrário do que alguns podem pensar, sempre acreditei que o direito, em suas diversas profissões, não fosse uma carreira solitária, mas, ao contrário, que ele é puramente social e dialógico. Mesmo que o estudo e o trabalho com o direito, como escrever uma dissertação, exija muitos momentos de solidão, são nos momentos compartilhados, nos diálogos, nas trocas com as outras pessoas que surgiram, ao menos para mim, as melhores ideias que depois eu precisei desenvolver sozinha. E é por isso que nada me parece mais justo do que aqui agradecer a todas essas pessoas que dividiram e trocaram comigo alguma experiência para que este trabalho fosse possível.

Em primeiro lugar, à Profa. Maristela Basso, por ter me aceito como orientanda do Programa de Pós-Graduação em Direito da USP e ter me aberto as portas e me permitido fazer parte da Faculdade do Largo de São Francisco. Na Profa. Maristela tenho o exemplo não apenas de professora, mas também de advogada, árbitra e mulher atuante no direito, a quem eu tanto admiro.

Aos Professores Carlos Alberto Carmona e Otavio Luiz Rodrigues Junior, pela participação em minha banca de qualificação para o Mestrado e por todas as críticas e sugestões feitas quando da qualificação, que foram muito valiosas para mim. Busquei levar em consideração todos os comentários feitos e espero que as alterações no trabalho possam responder alguns dos questionamentos existentes naquela ocasião.

Ao Prof. Carmona de forma especial pelos muitos ensinamentos que recebi quando cursei a disciplina Arbitragem no Brasil, na Itália e na França: perspectiva de direito comparado, no segundo semestre de 2013, também ministrada pelo Prof. Giovanni Bonato, na qual tive a oportunidade de participar de ricos debates sobre temas complexos da arbitragem comercial nacional e internacional, aos quais devo muitas das ideias que surgiram para a elaboração desta dissertação. Devo, em verdade, um obrigada à todos os professores com quem tive a honra de conviver quando cursei os créditos deste programa de Mestrado, os quais, de uma forma ou de outra, e mesmo que em relação a assuntos distantes da arbitragem, me ensinaram muitas lições e fizeram com que eu amadurecesse academicamente.

Ao Prof. Fabio Costa Morosini, meu primeiro orientador em temas de arbitragem na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quem, mesmo com o tempo estreito, sempre arranhou um momento para discutir as minhas dúvidas, esclarecer as minhas ideias e me dar sempre excelentes conselhos sobre metodologia de trabalho científico em direito. Ao Prof. Fabio, que eu considero um amigo, obrigada pela força, pelo estímulo e pela confiança.

Seriam muitos os amigos que mereceriam o meu muito obrigado nestas linhas de agradecimentos, mas receosa de me alongar demais e de que a minha memória não irá abranger a totalidade deles, escolhi dois amigos para que representem os muitos a quem eu gostaria de agradecer. Em primeiro lugar, meu muito obrigada à Telma Rocha Lisowski, minha amiga dos tempos da Faculdade de Direito de UFRGS, que me recebeu em São Paulo quando as condições dela também não eram as melhores, que inúmeras vezes me ajudou com a documentação, com os protocolos e com as bibliografias que eu precisei durante os três anos do Mestrado e a quem eu admiro muito, não só como amiga, mas como profissional e estudiosa do direito. Também meu muito obrigada ao Lucas Gerhard Gavronski (sim, o pessoal do Sul têm nomes muitos difíceis!), meu amigo, grande estusiasta do estudo da arbitragem comercial, da CISG e dos moot courts sobre esses assuntos, que não importa e hora e o lugar, está sempre disposto a conversar sobre os temas mais difíceis e a dar uma visão sempre inusitada, criativa e inteligente às muitas perguntas e dúvidas que sempre me surgiram.

Aos meus pais, Marcia e Vitor, que me ensinaram a importância dos livros e dos estudos, e me permitiram poder realizar os meus sonhos acadêmicos. E aos meus sogros, Mirta e Cezar, que compartilham comigo o entusiasmo pela vida acadêmica e que me apoiaram, sobretudo, no último ano do Mestrado, quando precisei fazer escolhas difíceis para poder finalizar este trabalho.

Por fim, e mais importante, ao Felipe, meu noivo e meu amigo. O Felipe sempre me disse que eu era boa com as palavras, e que ele não tinha essa mesma facilidade. É verdade, o Felipe nunca foi de demonstrar o seu sentimento com as palavras, mas sim com as inúmeras ações de todos os dias, que, para mim, têm muito mais valor do que qualquer junção de palavras bonitas. Então eu acho que aqui eu não poderia, apenas com palavras, te agradecer, por permitir que eu fosse atrás dos meus sonhos, por trabalhar por nós dois neste último ano e expressar

minha eterna gratidão por ser um companheiro tão maravilhoso. Na falta de outras palavras, digo apenas, muito obrigada.

“However far one is ready to stretch the concept of consent (and it may go as far as considering certain specific conduct as a substitute for consent), one should not forget that consent is the fundamental pillar of international arbitration”.

(Bernard Hanotiau).

RESUMO

A arbitragem é um mecanismo consensual de resolução de disputas com vistas à prolação de uma sentença passível de execução. Na arbitragem comercial, a convenção arbitral é considerada a pedra angular do instituto, motivo pelo qual é nela que o presente estudo estará centrado. Sendo a convenção arbitral um negócio jurídico e, considerando que, para a formação de qualquer negócio jurídico requer-se a presença do consenso, segundo o qual o acordo de vontades é suficiente à conclusão da avença, o consentimento mostra-se como um elemento essencial da convenção arbitral, tendo em vista que ela não existe sem acordo de vontades. Nesse sentido, faz-se necessário examinar como o consensualismo se aplica e se manifesta na arbitragem comercial. Para esse fim, devem ser desenvolvidas as questões atinentes à aplicação do consensualismo à validade formal e material da convenção arbitral. Em relação às exigências formais para a validade da convenção arbitral, ver-se-á que mesmo que essas tenham sido relativizadas, sobretudo em relação à arbitragem comercial internacional, muitas questões ainda surgem quanto à necessidade de respeito aos requisitos formais para que uma parte possa ser considerada validamente obrigada pela convenção arbitral, seja no direito brasileiro, seja em outros ordenamentos jurídicos. Em relação à validade substancial da convenção arbitral, serão examinadas outras formas de manifestação do consentimento das partes, tendo em vista que a manifestação de vontade das partes nem sempre se dá pela expressa assinatura na convenção arbitral escrita, podendo os comportamentos adotados pelas partes, do início ao término do contrato, e mesmo durante o procedimento arbitral, ser uma forma de apontar para a sua intenção em relação à arbitragem. Ao final, será feita uma reflexão crítica no sentido de verificar qual a importância que o consentimento tem na prática arbitral atual e se o seu conceito se alterou, para que nele também tenham lugar as novas práticas adotadas pelos agentes do comércio internacional.

Palavras-chave: Consentimento. Convenção arbitral. Negócio jurídico. Lei aplicável. Validade formal e material.

ABSTRACT

Arbitration is a consensual and private dispute resolution mechanism which leads to an enforceable arbitral award. In commercial arbitration the agreement to arbitrate is considered to be the cornerstone of arbitration, and that is why this study will be centered in it. Being the arbitration agreement a contract and considering that for the formation of any valid contract the presence of consent is required, whereby the mutual will of the parties is enough to the conclusion of the contract, the consent shows itself as an essential element of the agreement to arbitrate, since it doesn't exist without the mutual will of the parties. In this sense, it is necessary to examine how consent applies and manifests itself in commercial arbitration. To that end, the issues concerning the application of consent in the formal and material validity of the agreement to arbitrate must be developed. With regard to the formal requirements for the validity of the arbitration convention, it will be seen that even if they have been relativized, especially in relation to international commercial arbitration, many questions still arise about the need to respect the formal requirements in order to a party may be considered validly bound by the arbitration agreement, this is so in Brazilian law and in many other jurisdictions. Regarding the substantial validity of the agreement to arbitrate, this study will examine other forms of manifestation of consent, considering that the expression of the will of the parties is not always proven by their express signature in the written arbitration agreement, and the behaviors adopted by the parties, from the beginning to the termination of the contract, and even during the arbitral proceedings, may be a way of pointing to their real intentions in relation to arbitration. In the end, it will be made a critical reflection in order to verify what is the importance of consent in current arbitration practice and if its concept has changed, in order to embrace the new practices adopted by the players of international trade.

Keywords: Consent. Agreement to arbitrate. Contract. Applicable law. Formal and material validity.

LISTA DE ABREVIATURAS

AgIn	Agravo de Instrumento
ApCiv.	Apelação Cível
Art.	Artigo (Lei)
Cam.	Câmara
CCB	Código Civil Brasileiro
CCI	Câmara de Comércio Internacional de Paris, França
CF	Constituição Federal do Brasil
CISG	Convenção de Viena sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias de 1980
CNI	Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958 (Nova Iorque)
CPC	Código de Processo Civil Brasileiro
EUA	Estados Unidos da América
j.	Julgado em (data)
LBA	Lei Brasileira de Arbitragem (Lei 9.307/96)
LCIA	Corte de Arbitragem Internacional de Londres
Lei	Modelo Lei Modelo da UNCITRAL sobre Arbitragem Comercial Internacional de 1985 (reformada em 2006)
Min.	Ministro
Princípios UNIDROIT	Princípios UNIDROIT para os Contratos do Comércio Internacional (versão de 2010)
Rel.	Relator
SEC	Sentença Estrangeira Contestada
STF	Supremo Tribunal Federal, Brasil
STJ	Superior Tribunal de Justiça, Brasil
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Brasil
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo, Brasil
UNCITRAL	Comissão das Nações Unidas sobre Direito do Comércio Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O CONSENSUALISMO APLICADO À FORMAÇÃO DA CONVENÇÃO ARBITRAL.....	24
1.1 A FORMAÇÃO DA CONVENÇÃO ARBITRAL.....	24
1.1.1 A formação da convenção arbitral: a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.....	24
1.1.2 A cláusula compromissória enquanto negócio jurídico autônomo ..	31
1.1.2.1 Aplicação dos requisitos do negócio jurídico à cláusula compromissória.	43
1.1.3 Autonomia da convenção arbitral	48
1.2 PRINCÍPIOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR O CONSENTIMENTO DAS PARTES À ARBITRAGEM	56
1.2.1 Princípio da interpretação conforme a boa-fé	57
1.2.2 Princípio da interpretação eficaz ou do efeito útil.....	59
1.2.3 Princípio da interpretação <i>contra proferentem</i>	60
1.2.4 Rejeição aos princípios da interpretação estrita e <i>in favorem validitatis</i>	61
2 O CONSENSUALISMO APLICADO À VALIDADE FORMAL DA CONVENÇÃO ARBITRAL	64
2.1 A LIBERDADE FORMAL COMO REGRA PARA A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	64
2.2 AS EXIGÊNCIAS FORMAIS DA CONVENÇÃO ARBITRAL	67
2.2.1 A lei de regência da validade formal da convenção arbitral.....	67
2.3 OS REQUISITOS FORMAIS NO DIREITO ESTRANGEIRO.....	68
2.4 A FORMA DA CONVENÇÃO ARBITRAL NO BRASIL.....	82
2.4.1 O requisito da forma escrita e da assinatura	83
2.4.2 Os contratos de adesão	91
2.5 CRÍTICAS ÀS EXIGÊNCIAS FORMAIS DA CONVENÇÃO ARBITRAL	101

3	O CONSENSUALISMO APLICADO À VALIDADE SUBSTANCIAL E À EFICÁCIA DA CONVENÇÃO ARBITRAL	105
3.1	A LEI APLICÁVEL NA DETERMINAÇÃO DA VALIDADE DA CONVENÇÃO ARBITRAL	105
3.2	AS EXIGÊNCIAS SUBSTANCIAIS PARA A VALIDADE DA CONVENÇÃO ARBITRAL	120
3.2.1	O encontro de vontades das partes	121
3.3	OUTRAS FORMAS DE VERIFICAÇÃO DO CONSENTIMENTO DAS PARTES	124
3.3.1	O Comportamento das partes e a teoria do grupo de sociedades ..	125
3.3.2	O silêncio como manifestação de vontade	147
3.4	REPENSANDO A IMPORTÂNCIA DO CONSENTIMENTO DAS PARTES NA ARBITRAGEM COMERCIAL	149
	CONCLUSÃO	151
	REFERÊNCIAS	156
	REFERÊNCIAS DOS CASOS	164
	REFERÊNCIAS DAS LEGISLAÇÕES	167

REFERÊNCIAS

ALVES, Rafael Francisco. Corte Internacional de Arbitragem da CCI. Sentença Parcial nº 4.131, de 23 de setembro de 1982. *Dow Chemical v. Isover Saint Gobain*. In: **Revista Brasileira de Arbitragem**, n. 20, 2008, p.197-206.

ALVIM, J. E. Carreira. **Tratado Geral de Arbitragem**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. Cláusula compromissória: aspectos contratuais. **Revista do Advogado**, São Paulo: AASP, n. XXXII, n.116, p.174 e ss., jul. 2012, p.175.

_____. Extensão da cláusula compromissória a partes não signatárias no Direito Societário. In: **Revista do Advogado**, ano XXXIII, n.119, AASP, p. 140 e SS, abr. 2013.

ARAUJO, Nadia de. **Contratos internacionais**: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais. 4.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

AUBERT, Jean-Luc. **Le contrat: droit des obligations**. 2e ed. Paris: Dalloz, 2000.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Negócio jurídico e declaração negocial**: noções gerais e formação de declaração negocial. (Tese de Doutorado). Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Arbitragem comercial e internacional**. São Paulo: Lex Editora, 2011.

BARRAL, Welber. O caso ANEL v. Trelleborg. In: **Revista Brasileira de Arbitragem**. Porto Alegre: Síntese, v.1. n.2, p.123-34.abr-jun. 2004.

BASSO, Maristela. A autonomia da vontade nos contratos internacionais do comércio. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p.200-11. v.12.

_____. As leis envolvidas nas arbitragens comerciais internacionais: campos de regência. In: **Revista de Direito Bancário do Mercado de Capitais**, São Paulo, v.3, n.9, p.307-14, 2000.

_____. **Curso de direito internacional privado**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BETTI, Emílio. **Teoria Geral do Negócio Jurídico**. Tomo I. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.

BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. **Princípios e regras de interpretação dos contratos no novo código civil**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BORN, Gary B. **International Commercial Arbitration**. 2e. The Hague: Kluwer Law International, 2014.

BRAGHETTA, Adriana. Cláusula Compromissória – Contrato Não Assinado – Participação no Procedimento Arbitral – SEC 856 – STJ. *In: Revista Brasileira de Arbitragem*, n.7, p.103-22, jul.-set., 2005.

CAPRASSE, Olivier. A arbitragem e os grupos de sociedades. Tradução de Valeria Galíndez. *In: Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem*, v.21, p.339-86, 2003.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: um comentário à Lei n. 9.307/96. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHARPENTIER, Élise. *Un paradoxe de la théorie du contrat: l'opposition formalisme/consensualisme*. *In: Les Cahiers de Droit*, v.43, n. 2, p. 275-97, 2002.

CORDEIRO, António Menezes. **Tratado de Direito Civil Português**. Parte I, Tomo I. Coimbra: Almedina, 2007.

COSTA, José Augusto Fontoura. A vontade e a forma: a percepção da arbitragem no caso do contrato de seguro do Projeto Jirau. *In: Revista de Arbitragem e Mediação*, v.38, p.35-50, 2013, p.38.

DECCACHE, Antonio Carlos Fernandes. **Cláusula de Arbitragem nos Contratos Comerciais Internacionais**: seus requisitos de forma e a jurisprudência do STJ. São Paulo: Atlas, 2015.

DERAINS, Yves. *Chapter 7. Is there A Group of Companies Doctrine?* *In: SCHWARTZ, Eric A. and HANOTIAU, Bernard (eds). Multiparty Arbitration, Dossiers of the ICC Institute of World Business Law*, v. 7 (Kluwer Law International; International Chamber of Commerce (ICC) 2010, p.131-45.

DEYÁ, FEDERICO S. *Incorporación de partes no signatarias al arbitraje*. *In: Revista de Arbitragem e Mediação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 2, n.7, p.159-71, out-dez. 2005.

FERRI, Luigi. **La autonomía privada**. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1969.

FORRAY, Vincent. **Le Consensualisme dans la théorie générale du contrat**. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 2007.

FOUCHARD, P; GAILLARD, E; GOLDMAN, B. **Traité de l'arbitrage commercial international**. Paris: Litec, 1996.

FRADERA, Véra Jacob de. O valor do silêncio no novo código civil. *In*: ALVIM, Arruda; CÉSAR, Joaquim P. de Cerqueira; ROSAS, Roberto (Org.) **Aspectos controvertidos do novo código civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 569-2.

FREITAS, Augusto Teixeira de. **Código Civil** – Esboço, Brasília: Ministério da Justiça, 1983. v. 2.

GHESTIN, Jacques. *Traité de Droit Civil. Les Obligations. Le Contrat: formation*. 2e.ed. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1988.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GONÇALVES, Eduardo Damião. **Arbitrabilidade Objetiva**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p.202.

GREBLER, Eduardo. Artigo V (Inciso 1 “A” e “B”): a recusa de reconhecimento à sentença arbitral estrangeira com base no Artigo V, (1), alíneas “A” e “B” da Convenção de Nova Iorque. *In*: WALD, Arnoldo; LEMES, Selma Ferreira (Coords.). **Arbitragem comercial internacional**: a convenção de Nova Iorque e o direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011, p.198-9.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Fundamentos da arbitragem do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 1993.

HANOTIAU, Bernard. **Complex Arbitrations: multiparty, multicontract, multi-issue and class actions**. The Hague: Kluwer Law International, 2005.

HANOTIAU, Bernard. *Non-signatories in International Arbitration: lessons from thirty years of case law*. *In*: Albert Jan van den Berg (ed), **International Arbitration 2006: Back to Basics?** ICCA Congress Series, v. 13, Kluwer Law International, 2007, p.341-58.

HIRONAKA, Giselda M. F. N. Contratos reais e o princípio do consensualismo. *In*: **Revista da Faculdade de Direito**. São Paulo: Universidade de São Paulo. v.84-5, p.79-91, 1989/1990, p.3. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfduSP/article/viewFile/67133/69743>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

HOSKING, James M. **The Third Party Non-Signatory's Ability to Compel International Commercial Arbitration: doing justice without destroying consent**. Disponível em: <<http://heinonline.org>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

ICCA. *International Council for Commercial Arbitration. ICCA's Guide to the Interpretation of the 1958 New York Convention: a handbook for judges*, 2011, p.46-7.

JABARDO, Cristina Saiz. “**Extensão**” da **Cláusula Compromissória na Arbitragem Comercial Internacional**: o caso dos grupos societários. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, Largo São Francisco, 2009, p.104.

JARROSSON, Charles. *Les frontières de l’arbitrage*. In: **Revue de l’arbitrage**. Issue. 1, 2001.

KAPLAN, Neil. *Is the need for writing as expressed in the New York Convention and the Model Law out of step with commercial practice?* In: **Arbitration International**, LCIA, v.12, n.1, p.27-45, 1996, p.29.

LEMES, Selma M. F. A arbitragem em relações de consumo no direito brasileiro e comparado. In: CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma M. F.; MARTINS, Pedro A. Batista. **Aspectos fundamentais da lei de arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p.124.

LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖL, Stefan M. **Comparative International Commercial Arbitration**. Kluwer Law International: The Hague, 2003.

LOTUFO, Renan. **Código Civil Comentado**: parte geral (arts. 1º a 232). São Paulo: Saraiva, 2003, p.283-4. v. 1.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARQUES, Ricardo Dalmaso. A lei aplicável à cláusula arbitral na arbitragem comercial internacional. In: **Revista Brasileira de Arbitragem**. São Paulo, n.47, p.7-37, 2015.

MARTINS, Pedro A. Batista. **Apontamentos sobre a Lei de Arbitragem**. Comentários à Lei nº 9.307/96. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. **Arbitragem**. Capacidade, consenso e intervenção de terceiros: uma sobrevista. Disponível em: <<http://www.tradutoresjuramentados.com/zpbm/artigos/arbcapcon.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

MAZEAUD Jean; MAZEAUD, Henri; CHABAS, François; MAZEAUD, Léon. **Leçons de Droit Civil, Obligations, Théorie Générale**. Tome II, 1er volume. 9e ed. Paris: Montchrestien, 1998, p.123.

MCKENDRICK, Ewan. **Contract Law – Text, Cases and Materials**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MELO, Leonardo de Campos. **Extensão da cláusula compromissória e grupos de sociedades** – A prática arbitral da CCI e sua compatibilidade com o direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado. **Tomo III**: negócios jurídicos, representação, conteúdo, forma e prova. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MORAES, Renato José de. Consensualismo contratual. *In*: **Revista dos Tribunais**, 1996, p.679-98. v.729.

MUNHOZ, Eduardo. Arbitragem e grupos de sociedades. *In*: VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc (Org.). **Aspectos da arbitragem institucional**: 12 anos da Lei 9.307/1996. São Paulo: Malheiros, 2008, p.149-80.

MUNIZ, Joaquim de Paiva; PRADO, Maria da Graça Almeida. *Agreement in writing* e requisitos formais da cláusula de arbitragem: nova realidade, velhos paradigmas. *In*: **Revista de Arbitragem e Mediação**, v.26, p.59-62 e ss. jul. 2010, p.61-2.

NANNI, Giovanni Ettore. **Direito Civil e Arbitragem**. São Paulo: Atlas, 2014.

NEVES, José Roberto de Castro. Arbitragem nas relações de consumo – uma nova esperança. *In*: ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (Coords.). **Arbitragem e mediação**: a reforma da legislação brasileira. São Paulo: Atlas, 2015, p.197.

PARK, William W. *Non-Signatories and International Contracts: an Arbitrator's Dilemma*. *In*: **Multiple Parties in International Arbitration**, Oxford, 2009.

PRADO, Viviane Muller; TRONCOSO, Maria Clara. Análise do fenômeno dos grupos de empresas na jurisprudência do STJ. *In*: **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 11, n.40, p.97-120, abr-jun, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 27.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v.1.

PINTO, Paulo Mota. **Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico**. Coimbra: Almedina, 1995.

PITOMBO, Eleonora C. Os efeitos da convenção arbitral – adoção do princípio *kompetenz-kompetenz* no Brasil. In: LEMES, Selma Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto; MARTINS, Pedro Batista (Coords.). **Arbitragem**: estudos em homenagem ao Prof. Guido Fernando Silva Soares. São Paulo: Atlas, 2007, p.329.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. **Tratado de Direito Privado**. 2.ed. tomo 38, Rio de Janeiro: Borsoi, 1962.

RAÓ, Vicente. **Ato jurídico**. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

RAU, Alan Scott. *Arbitral Jurisdiction and the Dimensions of 'Consent'*. In: **Arbitration International**, Kluwer Law International, v.24, Issue 2, p.199-264, 2008.

REZZÓNICO, Juan Carlos. **Principios fundamentales de los contratos**. Buenos Aires: Editoreal Astrea, 1999.

SCALETSCKY, Fernanda S.; CÂNDIDO DE AZEVEDO, Marcelo e SERPA, Pedro Ricardo. Existência, validade e eficácia da convenção arbitral. In: **Revista de Direito Empresarial**, v.3, p.321 e SS, maio 2014.

SCALETSCKY, Fernanda S. A teoria dos grupos societários e a extensão da cláusula compromissória a partes não signatárias. In: **Revista Brasileira de Arbitragem**, v.46, São Paulo: CBar e Kluwer Law International, 2015, p.20 e ss.

_____. **Arbitragem e “Parte Fraca”**: a Questão das Relações de Consumo. In: **Revista Brasileira de Arbitragem**, v.41, São Paulo: CBar e Kluwer Law International, 2014, p.68-99.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. **O silêncio como manifestação da vontade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961.

SILVA, Eduardo Silva da. **Arbitragem e direito da empresa**: dogmática e implementação da cláusula compromissória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

STEINGRUBER, Andrea Marco. **Notion, Nature and Extent of Consent in International Arbitration**. Thesis for the degree of Doctor of Philosophy. London: Queen Mary University of London School of International Arbitration, 2009. Disponível em: <<https://qmro.qmul.ac.uk/jspui/bitstream/123456789/415/1/STEINGRUBERNotionNature2009.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

STRAUBE, Frederico Gustavo; SOUZA, Marcelo Junqueira Inglez de; GAGLIARDI, Rafael Villar. Leis Aplicáveis à arbitragem *In*: BASSO, Maristela; POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot (Orgs.). **Arbitragem comercial**: princípios, instituições e procedimentos; a prática no CAM-CCBC. São Paulo: Marcial Pons e CAM-CCBC – Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, 2013, p.137-41.

TSANG, Alan. *Determining the law applicable to arbitration agreements: the Common Law approach*. *In*: **Mealey's International Arbitration Report**, v. 29 #5, May 2014, p.2.

TUTIKIAN, Priscila David Sansone. **O silêncio na formação contratual**: elementos qualificadores de sua valoração declarativa. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, p.114.

UZELAC, Alan. *The Form of the Arbitration Agreement and the Fiction of Written Orality – How far should we go?* *In*: **Croat. Arbit. Yearb**, v. 8, 2001, p.104-5. Disponível em: <<http://www.alanuzelac.from.hr/pubs/B13forma-cay.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

VAN DEN BERG, Albert Jan (ed). **Improving the Efficiency of Arbitration Agreements and Awards: 40 Years of Application of the New York Convention**. ICCA Congress Series, Paris, v. 9, 1998. The Hague: Kluwer Law International, 1999.

VICENTE, Dário Moura. **Direito Internacional Privado**. Ensaios – II. Coimbra: Almedina, 2005.

VISCONTE, Debora. **A jurisdição dos árbitros e seus efeitos**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, 2009, p.45.

WALD, Arnoldo. A arbitragem, os grupos societários e os conjuntos de contratos conexos. *In*: **Revista de Arbitragem e Mediação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 1, n.2, p.58, maio/ago. 2004.

_____. Artigo II (incisos 1 e 2): os aspectos formais da convenção de arbitragem (comentários do artigo II, (1) e (2), da Convenção de Nova Iorque, e a sua aplicação no Direito Brasileiro). *In*: _____; LEMES, Selma Ferreira (Coords.). **Arbitragem comercial internacional**: a convenção de Nova Iorque e o direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011, p.102.

_____; GALÍNDEZ, Valéria. Caso Trelleborg. **Revista de Arbitragem e Mediação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.10.

_____. A teoria dos grupos de sociedades e a competência do juízo arbitral. *In*: **Revista de Direito Mercantil**: industrial, econômico e financeiro, ano XXXV, n.101, p.21-6, jan/mar,1996.

YOUSSEF, Karim. *The right or obligation to arbitrate of non-signatories in groups of companies: the limits of consent*. In: **Revista de Arbitragem e Mediação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 7, n.25, p.224-36, 2010, p.230.

ZANETTI, Cristiano de Souza. **A conservação dos contratos nulos por defeito de forma**. São Paulo: QuartierLatin, 2013.

ZUBERBÜHLER, Tobias. *Non-Signatories and the Consensus to Arbitrate*. In: **26 ASABulletin**. The Hague: Kluwer Law International, 2008.

REFERÊNCIAS DOS CASOS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Resp n. 1.105.194/RS**, Rel. Min. Fátima Nancy Andrighi, j. 24/04/2009. Disponível em: Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **SEC 885/EX**, Rel. Min. Francisco Falcão, Corte Especial. Julgado em: 18/04/2012. Ver as páginas 13 a 16 do acórdão, que contêm o voto vista do Min. Massami Uyeda. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **SEC n. 856**. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. em: 18/05/2005. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **SEC n. 967**, Rel. Min. José Delgado, j. em 15/02/2006 e a SEC n. 866, Rel. Min. Félix Fischer, j. em 17/05/2006, ambas do STJ. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **SEC nº 866**. Rel. Min. Felix Fischer, Corte Especial. Julgado em: 17/05/2006. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **SEC nº 967**. Rel. Min. José Delgado, Corte Especial. Julgado em: 15/02/2006. No mesmo sentido, ver STJ, SEC nº 978, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Corte Especial. Julgado em: 17/12/2008. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **SE 5206 AgR/Espanha**. Tribunal Pleno. Rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 12/12/2001, p.998. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

_____. TJRJ, **ApCiv 2006.001.59128**, 15ª Câm. Civ., Rel. Des. Ricardo Rodrigues Cardozo. J. 30/01/2007. Disponível em: <www.tjrj.jus.br>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. TJSP, **AgIn. 1.179.156-0/6**, 33ª Câm. Civ., Rel. Des. Sá Duarte. J. 25/06/2008. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. TJSP, **Ap. Civ. 0035404-55.2013.8.26.0100**. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Rel: Des. Manoel de Queiroz Pereira Calças. j: 26/08/2015. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

FRANÇA. COUMET, *Ès Qual. Et Ducler V. Société Polar-Rakennusos A Keythio, Cour D'appel De Paris* (1Ch. Suppl.), 8 March 1990. In: **Revue de l'Arbitrage**, v. 1990, Issue 3 (1990), *Case Date*: 8 March 1990. Disponível em: <<http://www.kluwerarbitration.com>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FRANÇA. Corte de Apelação de Paris. *Coumet, és qual, et Ducler v. Société Polar-Rakennusos a Keythio, Cour D'appel De Paris* (1Ch. Suppl.), 8 March 1990. In: **Revue de l'Arbitrage**, v. 1990, Issue 3 (1990), *Case Date*: 8 March 1990. Disponível em: <<http://www.kluwerarbitration.com>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. *Dow Chemical v. Isover Saint Gobain, ICC Case n. 4131* (1982).

_____. Corte de Apelação de Paris. *Coumet, és qual, et Ducler v. Société Polar-Rakennusos a Keythio, Cour D'appel De Paris* (1Ch. Suppl.), 8 March 1990. In: **Revue de l'Arbitrage**, v. 1990, Issue 3 (1990), *Case Date*: 8 March 1990. Disponível em: <<http://www.kluwerarbitration.com>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. **Corte de Apelação de Paris.** *Société Bomar Oil N. V. v Entreprise tunisienne d'activités pétrolières (ETAP)*, 4683, 20/01/1987. Disponível em: <<http://newyorkconvention1958.org/>>. Acesso em: 23 out. 2015.

_____. **Corte de Apelação de Paris.** *Cotunav v. Comptoir Commercial André*, de 28/11/1989.

_____. **Corte de Apelação de Paris.** *Société Kis France v. Société Générale* de 31/10/1989.

_____. **Corte de Apelação de Paris.** *Société Korsnas Marna v. Société Duranz-Auzias* de 30/11/1988.

_____. **Corte de Cassação Francesa**, *Comité populaire de la municipalité de Khoms El Mergeb v. Dalico Contractors*, 121 *Clunet* 432 (1994), j. 20/12/1993.

_____. *Municipalite de Khoms El Mergeb v. Dalico Contractors, Cour de Cassation (1er Chambre Civile), Pourvoi nº 9116828*, 20 December 1993. In: **Revista Brasileira de Arbitragem**, v.30, p.165-7, 2011.

_____. *Société Omenex V. M. Hugon, Cour De Cassation (1re Ch. Civ), Not Indicated*, 25 October 2005. In: *Revue de l'Arbitrage*. v. 2005 Issue 4 (2005), *Case Date*: 25 October 2005. Disponível em: <<http://www.kluwerarbitration.com>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

INGLATERRA. *Arsanovia Ltd. & Ors. v. Cruz City 1 Mauritius Holdings* [2012] EWHC3702 (Comm) (20 December 2012), [2013] 2 All ER 1.

_____. *Habas Sinai Ve Tibbi Gazlar Istihsal Endustrisi AS v. VSC Steel Company Ltd* [2013] EWHC 4071 (Comm) (19 December 2013).

INGLATERRA. *Sulamérica Cia. Nacional de Seguros S.A. & Ors. v. Enesa Engenharia S.A. & Ors.* [2012] EWCA Civ 638 (16 May 2012), Lloyd's Rep 671. Casos sumarizados e comentados por: TSANG, Alan. *Determining the law applicable to arbitration agreements: the Common Law approach.* In: **Mealey's International Arbitration Report**, v. 29 #5, may 2014.

ESTADOS UNIDOS. *JJ. Ryan & Sons v. RhonePoulencTextile SA*, 863 F. 2D 315 (4th Cir.1988).

_____. *PetersonFarmsInc v. C&M FarmingLtd* [2004], EWHC 121 (Comm), 62.

_____. *Sunkist Soft Drinks, Inc. v. Sunkist Growers, Inc.*, (11th Cir. 1993).

SUÍÇA. *Saudi Butec Ltd et Al Fouzan Trading v. Saudi Arabian Saipem Ltd*, unpublished ICC interim awards of 25 October 1994, confirmed by DFT of 29 January 1996, ASA Bulletin 3/1996, p. 496/507.

_____. SWISS Federal Tribunal, case **130 III 66**, 21/11/2003.

REFERÊNCIAS DAS LEGISLAÇÕES

AUSTRÁLIA. **Arbitration Act de 1974**. Disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/legis/cth/consol_act/iaa1974276/>. Acesso em: 23 nov. 2015.

BÉLGICA. **Belgian Judicial Code, reforma de 2013**. Disponível em: <<http://www.cepani.be/en/arbitration/belgian-judicial-code-provisions>>. Acesso em: 24 out. 2015.

BRASIL. CISG. **Decreto Legislativo nº 538/12**. Disponível <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2012/decretolegislativo-538-18-outubro-2012-774414-publicacaooriginal-137911-pl.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Decreto nº 4.311/02**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4311.htm>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Decreto nº 4.719/03**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4719.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. **Lei nº 10.046/02**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. **Lei nº 5.869/73**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. **Lei nº 9.307/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

ESCÓCIA. **Arbitration Act de 2010**. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/asp/2010/1/contents>>. Acesso em: 23 out. 2015.

ESPANHA. **Lei de Arbitragem Espanhola de 2003**. Disponível em: <<http://civil.udg.es/normacivil/estatal/contract/larbr-03.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

FRANÇA. **Código Civil Francês**. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721&dateTexte=20140707>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. **Código de Processo Civil Francês**. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070716&dateTexte=20151110>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

HONG KONG. **Ordinance 609 de 2011**. Disponível em: <[http://www.legislation.gov.hk/blis_pdf.nsf/6799165D2FEE3FA94825755E0033E532/C05151C760F783AD482577D900541075/\\$FILE/CAP_609_e_b5.pdf](http://www.legislation.gov.hk/blis_pdf.nsf/6799165D2FEE3FA94825755E0033E532/C05151C760F783AD482577D900541075/$FILE/CAP_609_e_b5.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2015.

INGLATERRA. **Arbitration Act de 1996**. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1996/23/contents>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

IRLANDA. **Arbitration Act de 2010**. Disponível em: <<http://www.irishstatutebook.ie/eli/2010/act/1/enacted/en/pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

NOVA ZELÂNDIA. **Arbitration Act de 1996**. Disponível em: <<http://www.legislation.govt.nz/act/public/1996/0099/latest/DLM403277.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SUÉCIA. **Arbitration Act de 1999**. Disponível em: <<http://swedis.harbitration.se/wp-content/uploads/2011/09/The-Swedish-ArbitrationAct.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

SUÍÇA. **Lei de Direito Internacional Privado da Suíça de 1987**. Disponível em: <<https://www.swissarbitration.org/sa/en/rules.php>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

UNCITRAL. **Convenção de Nova Iorque de 1958**. Disponível em: <<http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/arbitration/NY-conv/NewYorkConvention-E.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

_____. **Lei Modelo de Comércio Eletrônico**. Disponível em: <http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/arbitration/ml-arb/07-86998_Ebook.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **Lei Modelo de Arbitragem Comercial Internacional de 1985**. Disponível em: <http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/arbitration/ml-arb/07-86998_Ebook.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UNIDROIT. **Unidroit Principles of International Commercial Contracts, 2010**. Disponível em: <<http://www.unidroit.org/english/principles/contracts/principles2010/integralversion/principles2010-e.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2015.